

Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social

(Critical Discourse Analysis:
a model of linguistic analysis and social intervention)

Iran Ferreira de Melo¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

iranmelo@usp.br

Abstract: A Critical Discourse Analysis (CDA) is an approach for both theoretical and methodological nature of the description, interpretation and explanation of power practices that are manifested linguistically in contemporary society (FAIRCLOUGH, 2003) as well as a resource of scientific and social intervention in tackling different types of inequalities in the discourse. In this work, we unearth these bases of the CDA in order to support a research proposal to examine the linguistic discourse in broad sociological parameters.

Keywords: discourse; linguistic analysis; social analysis.

Resumo: A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem de cariz tanto teórico quanto metodológico para a descrição, interpretação e explicação das práticas de poder que se manifestam linguisticamente na sociedade contemporânea (FAIRCLOUGH, 2003), bem como um recurso de intervenção científico-social no combate às desigualdades de diversas ordens que funcionam discursivamente. Neste trabalho, descortinaremos essas bases da ACD, com o objetivo de fundamentar uma proposta de investigação linguística que analise os discursos sob parâmetros sociológicos amplos.

Palavras-chave: discurso; análise linguística; análise social.

O futuro será como a mesa posta em torno da qual, irmanados,
todos haverão de partilhar a fartura do pão e alegria do vinho.

O caminho capaz de levar a essa aspiração, derrubando
preconceitos e provocando a unidade, não será certamente
o das discussões teóricas, mas sim o compromisso efetivo com
a luta de libertação dos oprimidos.

Frei Betto

Preâmbulo: Funcionalismo, discurso e ACD

Cada vez mais, pesquisadores estão interessados em examinar criticamente práticas sociais que, outrora, foram concebidas como isentas de ideologia. Entre diversas disciplinas atualmente rotuladas de “ciências críticas”, encontram-se algumas correntes teóricas da Linguística, que “veem a linguagem de modo diferente daquele que caracteriza a concepção dominante na chamada linguística autônoma ou do sistema” (PEDRO, 1997, p. 20).

O sentido do termo *crítico*, nos estudos da linguagem, implica desvelar conexões entre os textos e os fatores que os permeiam, como o contexto histórico e social de produção e compreensão textual. Nessa perspectiva, “a crítica [...] torna transparente o que previamente estava oculto, e, ao fazer isso, inicia um processo de reflexão própria, nos indivíduos ou em grupos” (CONNERTON, 1976, p. 20), apresentando informações fundamentais sobre

elementos que amparam e ajudam a construir os textos, mas que não são aparentes. Sendo, pois, uma teoria crítica aquela que ajuda a fornecer recursos para o conhecimento de uns sobre o posicionamento de outros, isto é, aquela que joga luz à reflexão do indivíduo, para que ele consiga compreender o que subjaz o notório, munindo, desse modo, de ferramentas perceptivas principalmente aqueles que possam encontrar-se em desvantagem social.

A distinção entre essa proposta e a citada linguística autônoma encontra justificativa nas concepções de língua(gem) que ambas adotaram. Trata-se de duas visões baseadas respectivamente nos paradigmas do Funcionalismo e do Formalismo linguísticos. O primeiro entende a linguagem como uma prática interconectada a várias outras da vida social e o segundo a julga como um fenômeno suficiente em si, independente de qualquer fator extrínseco a ele, sendo, assim, “um modo a-social de estudar a linguagem” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 07).

Os formalistas identificam as práticas sociais como dimensões dissociadas da linguagem, desconsiderando a intervenção dos elementos históricos, ideológicos e culturais na determinação dos textos, isto é, na organização interna do sistema linguístico. Nesse paradigma, o usuário da linguagem é incapaz de intervir na sua própria língua, ocupando o lugar de reprodutor e decodificador de mensagens; os sentidos são pré-estabelecidos à realização verbal e o texto é entendido como um amontoado de sentenças, que produz efeito imanente, ou seja, a partir de seus elementos internos (de dentro para fora).¹

Em virtude disso, esse modo de olhar a linguagem foi, por alguns, denominado de linguística autônoma, uma vez que consiste num campo de estudos que não reconhece a relação entre a linguagem e seu contexto (aspectos socioculturais, históricos e políticos), ou seja, afirma que o evento linguístico prescinde do seu entorno de realização.

Interessa a essa linguística descrever ou mapear a manifestação da linguagem em termos de compreensão das estruturas que os textos possuem. Por exemplo, caso seus estudiosos pretendam analisar um artigo de opinião, levarão em conta apenas a composição morfossintática do texto, ou, no máximo, questões relativas ao sentido gerado na imanência de uma proposição a partir do efeito do uso da pontuação e da ambiguidade lexical. Essa análise não consideraria o suporte onde a notícia é veiculada (tv, rádio, jornal) e, conseqüentemente, a modalidade em que é produzida (oral ou escrita); a identidade do autor (crítico de arte, professor acadêmico, literato); ou o motivo da produção textual (se responde, complementa ou reforça um outro artigo). Isto é, não faz parte dos objetivos de um estudo formalista entender as condições de realização do texto, mas apenas a sua estrutura interna (a forma), isso justifica o seu nome.²

No paradigma funcionalista, a linguagem é estudada pela relação que estabelece com os seus elementos externos.³ Por exemplo, a identidade social dos usuários de uma língua é levada em conta ao se analisar um texto, pois, de acordo com o Funcionalismo, ela interfere na maneira como os próprios usuários lidam com a linguagem. Podemos ilustrar com a marcação de polidez na nossa língua. Por exemplo, um indivíduo, na interação com quem mantém relação hierárquica (pai e filho, chefe e empregado, professor e aluno),

¹ A exploração desse tema pode ser encontrada em Koch (2002).

² Os estudos formalistas são muito comuns na descrição de línguas indígenas, já que a essas pesquisas interessa a observação do funcionamento e das características intrínsecas – formais – de uma língua ainda não catalogada.

³ Essa relação entre interioridade e exterioridade linguísticas é explicada com detalhamento em Schiffrin (1994).

marca comumente sua fala com elementos que representam polidez (verbos no modo hipotético, ou subjuntivo – “eu gostaria” – para não demonstrar autoridade; tratamentos honoríficos, como “senhor”, “doutor”, a fim de não gerar intimidade; entre outros).

O Funcionalismo tem por objetivo estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem e investigar a interface entre aspectos sociais e o sistema interno das línguas. Sendo, portanto, um modelo mais abrangente de estudos, pois investiga como a forma atua no significado e como as funções externas do sistema linguístico influenciam na forma. Essa dialética é tratada com peculiaridades a depender do modelo funcionalista adotado (NEVES, 2001), no entanto, a compreensão das implicações das funções sociais no sistema linguístico é central à discussão que relaciona a linguagem à sociedade em todas as vertentes do Funcionalismo.

No decorrer do século passado, tanto o Formalismo quanto o Funcionalismo orientaram as diversas disciplinas que foram surgindo. Contudo, na década de 1960, as pesquisas da linguística autônoma começam a se desestabilizar a partir de novas propostas teóricas funcionalistas. Cada vez mais, componentes pragmáticos da dimensão social passam a ser introduzidos nos modelos teóricos de pesquisa linguística, com o propósito de investigar questões das rotinas sociais que interferem na linguagem e que por ela são construídas. Esse limiar dá lugar ao surgimento de diferentes quadros teóricos sob a legenda de *linguística enunciativa* ou *do discurso*.

Dentre as correntes que se filiaram a essa nova perspectiva, enquadram-se: a Teoria da Enunciação (BENVENISTE, 1989), cuja principal contribuição foi reconhecer que a linguagem só se realiza a partir do processo enunciativo – a interação entre um “eu”, um “tu”, um “aqui” e um “agora” – e que a subjetividade é resultante desse movimento; a Pragmática (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969; LEVINSON, 2007), para qual é indispensável que se compreenda a linguagem como modo de ação sobre o mundo; a Sociolinguística (LABOV, 2008), que identifica a relação entre a composição da linguagem e a identidade sociocultural de seus falantes; a Análise da Conversação (MARCUSCHI, 1999), na qual se legitima a ideia de que a estrutura da interação verbal ocorre considerando fatores situacionais (canal ou suporte, grau de intimidade entre os interactantes, etc.); a Psicolinguística (GARMAN, 1990; OSGOOD; SEBEEK, 1965), onde se formatou a responsabilidade da cognição nas atividades de aquisição e desenvolvimento da linguagem; a Linguística Textual (HALLIDAY; HASAN, 1976; BEAUGRANDE, 1980), reconhecedora de aspectos sociocognitivos importantes (conhecimentos enciclopédico – de mundo – e procedural – de ações) na atribuição de sentido aos textos; e as Análises do Discurso (MAINGUENEAU, 2008; FAURCLOUGH, 2001), para as quais o foco de interesse é a investigação de como os sistemas linguísticos funcionam na representação da realidade, na construção de relações e identidades e na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias.

Oriundas desta última área, surgiu uma vertente com o objetivo de revisar as concepções de sujeito da linguagem e de discurso que as correntes anteriores desenvolveram: trata-se da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD). Essa perspectiva de estudos do discurso, que se iniciou na década de 1990, tem o intuito de continuar verificando a forma como as estruturas sociais se engendram na linguagem/discurso, porém asseverando sua relação constitutiva e dialética, isto é, teorizando a linguagem e a sociedade como universos que só possuem existência na relação biunívoca que mantêm entre si.

A ACD configura-se como uma abordagem teórico-metodológica que objetiva investigar a maneira como as formas linguísticas funcionam na reprodução, manutenção e transformação social. Ela representa, atualmente, um dos caminhos mais reveladores dentro da ciência da linguagem e o que há de mais moderno na atuação e interface da Linguística com outras áreas de conhecimento, por se tratar de uma abordagem transdisciplinar, isto é, que “não somente aplica outras teorias como também, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias em favor da abordagem sociodiscursiva” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 14).

Os analistas críticos do discurso estão centrados na análise da reprodução do sexismo e do racismo, da legitimação do poder, da manipulação do consentimento e do papel da política e da mídia na produção discursiva da relação de dominação entre grupos. Essas preocupações e um conjunto de outros objetivos explicitamente políticos servem para distinguir a ACD dos outros tipos de análise de discurso.

De acordo com a ACD, o sujeito da linguagem é uma posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente. É como se a estrutura estivesse em constante risco material devido às práticas cotidianas dos indivíduos. Diante disso, a ACD opera com o conceito de sujeito tanto propenso ao moldamento ideológico e linguístico quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Sob essa ótica, o indivíduo ora se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, resignificando-as, reconfigurando-as, ou seja, o sujeito na ACD é, como preconiza Pedro (1997, p. 20), “um agente processual, com graus relativos de autonomia, mas [...] construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de ator ideológico”. Por isso, essa dimensão agentiva do indivíduo na ACD sugere o uso do termo *ator social* em vez de *sujeito*.

A ACD dialoga com o poder de interdição dos atores sociais por meio da força de persuasão, da dominação, hegemonia e da ideologia, discutida nos empreendimentos de Gramsci (1971), para o qual existem possibilidades de liberdade de ações disponíveis aos falantes. Sob a égide desses pressupostos se estabeleceu a história dessa corrente de estudos, a qual resumiremos abaixo.

História e agenda teórica da Análise Crítica do Discurso

O termo *análise crítica do discurso* foi cunhado pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, em um artigo publicado no periódico *Journal of Pragmatics*, em 1985. Essa abordagem científica surgiu a partir da filiação a uma corrente da Linguística que, hoje, convencionalmente, denominamos de Linguística Crítica (doravante LC).⁴ De acordo com Rajagopalan (2002), a LC nasceu na década de 1970 e trata-se da convicção de que teorizar a respeito da linguagem não é, como se crê, em larga escala, se empenhar em um metadiscurso acerca do objeto, mas tem como ponto de

⁴ A Linguística Crítica surgiu a partir da publicação de *Language and control*, livro escrito por Fowler et al. (1979), da Universidade de East Anglia. Para os autores dessa obra, a Linguística era capaz de responder a questões de equidade social.

partida a tese de que essa atividade é uma forma de intervir na linguagem e na estrutura social que a norteia.

Pode-se dizer que a ACD confere continuidade aos estudos da LC, porém, segundo Wodak (2003), ela se consolidou como disciplina no início da década de 1990, quando se reuniram, em um simpósio realizado em janeiro de 1991, na cidade de Amsterdã, Teun van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak e Norman Fairclough. Estes, precursores de uma diversidade de estudos críticos sobre o discurso, que seriam difundidos nos anos seguintes. Eles procuram equacionar as questões sem resposta de múltiplas tradições intelectuais, em um esforço de síntese crítica, voltada para os problemas sociais mais urgentes.

Dispositivos teóricos da ACD

A grande tarefa da ACD é a construção de um aparelho teórico integrado, a partir do qual seja possível desenvolver uma *descrição, explicação e interpretação* dos modos como os discursos dominantes influenciam o conhecimento, os saberes, as atitudes e as ideologias socialmente partilhadas.

Norman Fairclough (1989) afirma que existem dois tipos de relações que o poder estabelece com o discurso: o poder *no* discurso e o poder *por trás* do discurso. O primeiro é exercido através da textura da linguagem, por meio de palavras e textos específicos, e o segundo deriva das ordens de discurso a que o texto está atrelado. Abaixo, comentaremos um pouco sobre essas duas propriedades do discurso, enxergando nelas, respectivamente, o caráter *constituído* e *constitutivo* da linguagem.

A opacidade da linguagem

A ACD partilha da concepção de que muitas das relações entre a linguagem e as estruturas sociais são opacas, ou seja, pouco visíveis, passam despercebidas pelos indivíduos. Entretanto, os textos apresentam traços e pistas de rotinas sociais que revelam essas relações (FAIRCLOUGH, 2001).

A concepção da materialidade linguística, ou seja, do texto na ACD (notadamente em FAIRCLOUGH, 1989; 2001) é tributária aos trabalhos da Linguística Sistêmico-funcional de Michael Halliday (1970, 1985) (doravante LSF), que, por sua vez, incorpora ao estudo textual a noção de contexto, isto é, os elementos externos à linguagem que interferem na composição e sentido da mesma, dentre eles a cultura, a história e a ideologia.

Para os analistas críticos, esses recursos são totalmente extrínsecos aos textos, porém fazem parte da constituição do discurso, só sendo possível reconhecê-los nos textos se levarmos em consideração, como afirma Pedro (1997, p. 33) que,

na sua função representativa, a forma linguística é sempre deformada pelos efeitos do poder [...] [e] tem sempre um efeito mediador que leva a processos de enviezamento articulados em modos específicos [...] e na sua função de construção, a linguagem projeta, permanentemente, relações e estruturas sociais, de acordo com os desejos dos participantes, em regra os do(s) participante(s) mais poderosos.

Diante disso, o objetivo metodológico do analista crítico é investigar esses traços e pistas na intenção de tornar visíveis as relações entre a linguagem e outras práticas sociais, que são dadas como naturais. Significa dizer que a ACD se propõe a desconstruir os significados não óbvios ou “agendas ocultas” presentes nos textos, expondo elementos indiciais reprodutores da organização social, que privilegia certos grupos e indivíduos em detrimento de outros, por meio de formas institucionalizadas de ver e avaliar o mundo (ideologias) ou preservação de poderes (hegemonia) de grupos dominantes.

Poder e ideologia no discurso

Os textos são perpassados por relações de poder e ideologia. Uma das principais preocupações da ACD é identificar como a linguagem é usada para manter ou desafiar tais relações no mundo contemporâneo. A ideologia é constituída por formas de ver o mundo, contribuindo para manter ou mudar os sistemas de poder e dominação, estes organizados institucionalmente e de modo hierárquico, já que alguns membros de grupos e de organizações dominantes assumem um papel especial no planejamento, na tomada de decisões e no controle das relações e processos da ativação do poder.

Poder é a possibilidade que os indivíduos, ou instituições que representam, têm de fazer uso de algum tipo de recurso para agir em determinado contexto social (GIDDENS, 2003). Contudo, é conceituado, na ACD, como o conjunto de assimetrias entre participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade destes para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo em contextos socioculturais particulares. Apesar de hoje existirem diversas formas de violência explícita, o poder tem tendido a não ser imposto por coerção, ou seja, pela força, mas, ao contrário, funciona, em nossa sociedade, como um exercício tácito de hegemonia produzido discursivamente e que conduz as pessoas a cooperar consensualmente com determinadas ideologias. As verdadeiras motivações dessa cooperação não são explicitadas, dando a impressão ao indivíduo de que está agindo sob seu próprio controle (FAIRCLOUGH, 2001).

Além disso, a ACD pensa a linguagem como um espaço de luta irregular de poder, ressaltando o papel da cobiça constante por hegemonia, isto é, a “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122). Assim, na ACD, podemos falar em poder hegemônico quando o poder está a serviço da continuidade da liderança e dominação de uns sobre outros. Diante disso, os analistas críticos do discurso desenvolvem uma teoria/método para investigar como o exercício de poder hegemônico se mescla com práticas discursivas no mundo contemporâneo, ou seja, analisar e revelar o papel do discurso na (re)produção da dominação. Dominação esta entendida como o exercício do poder social por elites, instituições ou grupos, que resultam em desigualdade social, onde estão incluídas a desigualdade política, cultural e a discriminação por classe, etnia, gênero e orientação sexual. Especificamente, os analistas críticos querem saber quais as estruturas, estratégias, ou outras propriedades do texto, falado ou escrito, desempenham um papel nesses modos de reprodução. Trata-se de uma teoria do poder e contra-poder.

A ACD adota a assertiva de que o discurso tem poder constitutivo, porque, através de seu uso, os indivíduos constroem, mantêm ou transformam realidades sociais, isto é, criam, reforçam ou modificam formas de conhecimento e crença, relações e identidades

sociais. Diante disso, Maurer (2005) aponta três princípios norteadores do arcabouço teórico da ACD que partem desse pressuposto:

1. os indivíduos realizam ações por meio da linguagem, de acordo com o conceito de ato de fala elaborado nos estudos da Pragmática por Austin (1962) e Searle (1969);
2. as formas discursivas e as estruturas sociais se influenciam mutuamente, princípio este, cunhado pelas Ciências Sociais, em especial por Antony Giddens (2003), de que há sempre uma relação biunívoca entre os textos e a sociedade;
3. os recursos empregados pelos indivíduos para produzir e consumir textos não são apenas cognitivos, mas sociocognitivos atravessados por ideologias (VAN DIJK, 2004).

Dispositivos metodológicos

Na ACD, o método de análise resulta totalmente da fundamentação teórica, isto é, os procedimentos de aplicação da análise só fazem sentido se forem associados com os princípios teóricos citados acima (linguagem opaca e como prática social). Nesse sentido, encontramos na ACD, como afirma Pedro (1997, p.21), “um processo analítico que julga os seres humanos a partir da sua socialização e as subjetividades humanas e o uso linguístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades”.

Fairclough (2001, p. 101) entende qualquer evento discursivo como um composto de três dimensões simultâneas: o texto, a prática discursiva e a prática social. Tais dimensões correspondem aos elementos estruturais, como léxico, processos de coesão textual, ordem sintática e transitividade (texto); à produção, distribuição e consumo de textos, como os princípios de coerência textual, a intertextualidade, a interdiscursividade e a força ilocucionária (prática discursiva); e às atividades socioculturais e seus significados, a saber, ideologias, exercício de poder, hegemonia (prática social).

No procedimento metodológico que Fairclough (2001) implementa, ele apresenta três dimensões instrumentais de análise – descrição, interpretação e explicação – ligadas respectivamente às dimensões do discurso supracitadas.

Nesse método, a análise do texto privilegia a descrição dos elementos linguísticos (léxico, opções gramaticais, coesão), porém, segundo Fairclough (2001, 1997), mesmo numa análise descritiva, é preciso interpretação, pois estamos lidando com material simbólico. Por isso, a dimensão de análise como prática discursiva exige interpretação do texto no que tange à sua produção, distribuição e consumo, discutindo a coerência que os leitores podem atribuir a ele, bem como os propósitos comunicativos do produtor e os graus de intertextualidade e/ou interdiscursividade, ou seja, a presença de outros textos e discursos no texto analisado. Por fim, a dimensão de análise de um evento discursivo como prática social procura explicar como são investidos, no texto, aspectos sociais ligados a formações ideológicas e formas de hegemonia.

Diante disso, a ACD procura ser, em sua metodologia, ao mesmo tempo, descritiva, interpretativa e explicativa, diferindo-se de outras abordagens da Linguística. Apresentamos abaixo um sumário desses três dispositivos metodológicos.

A dimensão do texto

Quando Fairclough trata da dimensão textual de um evento discursivo, ele está se referindo aos elementos micro de uma análise do discurso: são os aspectos estruturais que compõem a tessitura de um texto, como os operadores de argumentação e coesão textual, marcadores conversacionais, itens lexicais, constituintes sintáticos, entre outros.

Para o estudo dessa dimensão, como vimos acima, ele defende a atividade de descrição desses elementos sob a adoção das noções da LSF (HALLIDAY, 1970; 1985), que concebe a linguagem como um fenômeno multifuncional, porque realiza três tipos de funções diferentes, aos quais Halliday denomina de macrofunções da linguagem. São elas: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, correspondentes a três realizações simultâneas: representar a realidade, refletindo e construindo sistemas de conhecimentos, crenças e imagens sociais (função ideacional); estabelecer relações sociais e identidades (função interpessoal); e organizar a ordenação do texto, para indicar os propósitos comunicativos do falante (função textual).

Fairclough (2003) amplia o diálogo teórico com a abordagem de Halliday (1970, 1985) e propõe a articulação dessas macrofunções com os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo o uso de três tipos de significados (em lugar de funções): *representacional*, *acional* e *identificacional*. Na ACD, os elementos estruturais de um texto são descritos com a finalidade de se verificar em que medida cooperam para construir o significado de cada uma dessas macrofunções. Abaixo segue uma síntese delas.

A função ideacional

Essa função é responsável pela representação da realidade, pessoas e grupos. Tanto Halliday (1970, 1985) quanto Fairclough (2001, 2003) atribuem à transitividade o papel de reconhecimento e realização da função ideacional da linguagem. A unidade de análise é o enunciado, que se compõe de participantes (grupos nominais), processos (verbos) e circunstâncias (advérbios). A relação entre esses constituintes forma um enunciado transitivo, que é analisado ao se reconhecer o valor semântico dos processos (material, relacional, mental, verbal, entre outros) e o papel temático dos participantes de acordo com os tipos de processos.

A principal função do estudo da transitividade é evidenciar textualmente quem faz/é/pensa/diz algo e em que circunstâncias. Isso significa que esse tipo de análise se propõe a indicar os significados ideacionais do texto: que tipo de conhecimentos ou crenças são produzidos e, portanto, que representação da realidade o texto oferece, por isso chamados por Fairclough de significados representacionais.

A função interpessoal

Ao mesmo tempo em que funciona para representar uma realidade, qualquer texto estabelece também algum tipo de relação entre seus interlocutores, ou seja, exerce, sua função interpessoal. Como proposto por Halliday (1975, 1985), Fairclough (2001) divide essa função da linguagem em duas perspectivas: função *identitária* e *relacional*, a primeira estabelecendo identidades sociais aos indivíduos e a segunda, tipos de relações sociais. Mais adiante, o próprio Fairclough (2003) rejeita essa nomenclatura e classifica a função interpessoal em: significados *identificacional* (função identitária) e *acional*

(função relacional). Um dos recursos mais usados para se analisar a função interpessoal é a modalização linguística, que compreende uma gama de formas de atenuação e ênfase nos argumentos que demonstram os propósitos dos falantes.

Muitas vezes, a ACD busca verificar, com a análise da função interpessoal, como a assimetria e o poder na interação verbal indicam controle e hegemonia. Esse tipo de estudo é muito analisado sob o cariz metodológico da Análise da Conversação e da Sociolinguística Interacional.

A função textual

Além das duas funções citadas acima, uma outra, mais dirigida à estrutura, se realiza no texto: a função textual. Com ela, parte-se do pressuposto de que a ordem de um enunciado não é casual. O *tema*, ou seja, o ponto de partida de uma oração remete, conforme a LSF e a ACD, ao elemento textual central para a progressão do texto. A estrutura temática é sempre aquele elemento já conhecido pelo interlocutor (o dado) e que introduz a informação. Sobre ele irá se predicar algo, ou seja, se apresentar uma nova informação (o novo), que é representado pelo *rema*.

Essa função identifica as conexões entre esses dois elementos (tema e rema) e verifica ao que é dado relevo como tema, isto é, elemento central no fluxo informacional, e qual o motivo da seleção desse elemento. A escolha de um determinado termo para a posição temática representa, segundo Kress (1990), poder e controle, pois, como afirma Pedro (1997, p. 34),

é diferente dizer o João casou com Joana, a Joana casou com João, João e Joana casaram-se, ou a Joana e o João casaram-se. A concepção de relação social implicada nestes três enunciados é obviamente distinta, embora muito provavelmente, a aparente sutileza da diferença escape ao falante. Mas caberá ao analista torná-la relevante.

Fairclough (2003) reclassifica a função textual por significado acional, pois, segundo a concepção de texto como gênero, ou seja, como prática social, a estrutura funciona como ação.

As três funções supracitadas, como já dissemos, se realizam simultaneamente e é essa simultaneidade, segundo a LSF e a ACD, responsável pela composição de um evento discursivo como texto. Portanto, um texto é constituído por um conjunto de elementos estruturais que, ao mesmo tempo, representam a realidade, estabelece e cria identidades e relações e organiza a informação textual.

A dimensão da prática discursiva

Nessa dimensão de análise, Fairclough (2001, 2003) propõe que examinemos os textos no que diz respeito à sua produção, distribuição e consumo, com atenção especial aos fatores de coerência textual, à manifestação da força ilocucionária, ou seja, da ação que a linguagem exerce por meio de enunciados ou textos completos (macroatos de fala), e aos graus de intertextualidade e interdiscursividade.

Essa dimensão se realiza por meio das atividades sociocognitivas que os falantes desempenham no curso de suas interações, isto é, trata-se do funcionamento do discurso propriamente dito, como destacamos no início desse capítulo: a organização do processo

interativo (produção – escrita ou oral – e consumo – lido ou ouvido), destacando-se os fatores extrínsecos à linguagem (história, *status* social, cultura, etc.) que interferem na constituição do discurso.

Nesse sentido, a forma de entender essa dimensão pressupõe um exercício de interpretação. Ao contrário da dimensão que expomos acima, cuja manifestação é eminentemente textual e, portanto, o dispositivo de análise seria a descrição, na dimensão da prática discursiva exige-se a postura interpretativa do analista, uma vez que, nesse caso, se trata não unicamente de identificar um quadro de categorias linguísticas, mas entender como funciona o movimento de interação que é construído com essas categorias da linguagem.

A dimensão da prática social

Nessa dimensão de análise, Fairclough (2001, 2003) procura relacionar os textos com práticas sociais mais amplas. Sua proposta é que sejam examinadas as conexões em termos de ideologia e hegemonia.

Esse nível de análise pode implicar uma complexidade maior que as anteriores, pois depende de teorias de outros campos de conhecimento para dar conta de fatos realizados discursivamente, uma vez que a ACD opera com conceitos oriundos da Linguística e das Ciências Sociais e é caracterizada por um esforço de síntese de múltiplas contribuições teóricas, cujo resultado deve auxiliar a pesquisa científica social a estudar os processos de mudança na sociedade. Para o exercício de análise dessa dimensão, Fairclough (1997) sugere o trabalho explicativo à medida que o analista vai reconhecendo nas outras dimensões marcas textuais e discursivas que justifiquem o texto se relacionar com determinadas estruturas da sociedade. Por exemplo, ao analisar uma notícia que o pesquisador justifica ser preconceituosa em relação a determinados grupos sociais, ele precisa explicar isso baseado no texto, no discurso e na prática social que aquela notícia realiza, isto é, essa terceira dimensão da atividade linguística implica a investigação das outras duas citadas anteriormente aqui.

Considerações finais

Os estudos acerca da relação entre a linguagem e os contextos sociais mais amplos constituem, há muito tempo, investigações caras à Linguística e fazem dessa ciência uma arena produtiva de pesquisas que ajudam a repensar as teorias sobre o lugar do discurso na construção e no estabelecimento das práticas sociais. Diante disso, a relação entre discurso e sociedade vem suscitando, na Linguística contemporânea, abordagens que possuem destaque, por apresentarem interfaces complexas entre as Ciências Sociais e os estudos da linguagem e por identificarem entre a prática discursiva e a prática social uma relação dialética e biunívoca (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Tais abordagens se inserem definitivamente na agenda da Linguística através de postulados que ajudam a repensar os objetivos dessa ciência e a destacar o papel da linguagem na formação, manutenção e transformação da história, do comportamento e das relações humanas.

Diante disso, determinadas vertentes críticas da Linguística contemporânea e aplicada oferecem um cabedal teórico-metodológico bastante eficaz para desenvolver essa função (FOWLER et al., 1979). Em nosso artigo explanamos um pouco sobre uma dessas vertentes

de estudo, a ACD, responsável pela abertura e difusão do diálogo epistêmico entre os estudos linguísticos e as Ciências Sociais. Reafirmamos os postulados dessa abordagem, considerando suas discussões sobre o papel político, crítico e aplicado do linguista face às demandas sociopolíticas do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BEAUGRANDE, R. *Text, discours and process*. London: Longman, 1980.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística geral*. Tradução de E. Guimarães. Pontes: São Paulo, 1989. v. 1.
- _____. *Problemas de Linguística geral*. Tradução de E. Guimarães. Pontes: São Paulo, 1989. v. 2.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CONNERTON, P. *Critical sociology*. Harmondsworth: Penguin, 1976.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- _____. *Discurso e mudança social*. Tradução de M. I. Magalhães. Brasília: UNB, 2001.
- _____. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 77-104.
- _____. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.
- FOWLER, R. et al. *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- GARMAN, M. *Psycholinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Organização e tradução de Q. Hoare e G. N. Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.
- HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. In: LYONS, J. (Org.) *New horizons linguistics*. London: Pinguin Books, 1970. p. 140-165.
- _____. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M.; HASAN, R. *Cohesion in spoken and written English*. London: Longman, 1976.
- KOCH, I. G. V. Concepções de língua, texto e sentido. In: _____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 13-20.
- KRESS, G. Critical discourse analysis. *Annual Review of Applied Linguistics* (organizado por William Grabe), Cambridge, n. 11, p. 84-99, 1990.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LEVINSON, S. C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- MAINGUENEAU, D. *Gêneses do discurso*. Tradução de S. Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1999.
- MAURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MAURER, J. L.; BONINI, A.; MTTA-ROTH, D. (Orgs.) *Gênero*. Teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 81-106
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- OSGOOD, C.; SEBEOK, T. *Psycholinguistics: a survey of theory and research problems*. Baltimore: Indiana University Press, 1965.
- PEDRO, E. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: _____. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.
- RAJAGOPALAN, K. Linguagem e cognição do ponto de vista da Linguística Crítica. *Veredas Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 91-104, jan.-jun. 2002.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. London: Blackwell, 1994.
- SEARLE, J. R. *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- VAN DIJK, T. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004.
- WODAK, R. De qué trata el Análisis Crítico del Discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.) *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17-59.